

CAMBUCI S/A
CNPJ/MF nº 61.088.894/0001-08
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), apresentamos a seguir a proposta da administração da **CAMBUCI S.A.** (“Companhia”) (“Proposta”), contendo as informações e documentos relacionados com os assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGO/E”) da Companhia a ser realizada no dia 04 de abril de 2024 às 10:00 horas.

Assembleia Geral Ordinária:

1. *Análise das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023.*

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras e o relatório da administração relativos ao exercício social de 2023, conforme divulgadas em 04 de março de 2024 no website da Comissão de Valores Mobiliários, através do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e no jornal O Estado de São Paulo, impresso e digital, em 05 de março de 2024 (as “Demonstrações Financeiras”), os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 04 de março de 2024 e se encontram acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal da Cambuci S.A (“Cambuci S.A.” ou “Companhia”).

O relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme disposto no artigo 10 da Resolução CVM 81 e nos termos da seção 2 do Formulário de Referência da Companhia, constam do Anexo I à presente proposta e refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

2. *Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.*

Propomos à Assembleia a reeleição dos seguintes candidatos ao Conselho de Administração: (i) Roberto Estefano (efetivo); (ii) Eduardo Estefano Filho (efetivo); (iii) Manoel Roberto Bravo Caldeira (efetivo)

Igualmente, propomos à Assembleia a reeleição dos seguintes candidatos ao Conselho Fiscal: (i) Roberto Massayuki Hara (titular); (ii) Mário Alberto de Lima Reis Coutinho (titular); (iii)

Antônio Carlos Bonini Santos Pinto (titular); (iv) Sergio Renato Escatolin (suplente); (v) José Roberto Pereira Rios (suplente); e (vi) Clovis Ailton Madeira (suplente).

Ressaltamos que as informações requeridas no art. 11 da Resolução CVM nº 81/22 relativas aos candidatos a membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal estão disponíveis no Anexo II desta Proposta.

3. Remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Propomos à Assembleia a aprovação da remuneração global anual para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal de até R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais).

Ressaltamos que as informações relacionadas à remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, em atendimento ao disposto no art. 13 da Resolução CVM nº 81/22, estão disponíveis no Anexo III desta Proposta.

4. Destinação Do Lucro Líquido do Exercício De 2023

Propomos à Assembleia que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras.

Em conformidade com o artigo 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81, a proposta completa de destinação do Lucro Líquido da Companhia, incluindo informações adicionais a serem avaliadas pelos acionistas, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 81, estão disponíveis no Anexo IV desta Proposta.

Tendo em vista a adoção do procedimento de voto à distância pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia informa que também integra a presente Proposta da Administração, na forma do Anexo V, o Boletim de Voto à distância de que tratam Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”). Exemplar do referido Boletim de Voto à distância encontra-se disponível na sede administrativa da Companhia, na Avenida Getúlio Vargas, 930, Centro, na cidade de São Roque, Estado de São Paulo, CEP: 18130-430 e os documentos eletrônicos no endereço eletrônico de relações com investidores da Companhia ri.cambuci.com.br, e no endereço eletrônico da CVM www.cvm.gov.br e no endereço eletrônico da B3 www.b3.com.br.

São Paulo, 05 de março de 2024.
A Administração
Cambuci S/A

ANEXO I DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

10. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

10.1 – Condições Financeiras / Patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia apresenta totais condições financeiras e patrimoniais consolidadas suficientes para implementar seu plano de negócio.

Abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia:

	CONSOLIDADO (Em R\$ mil)						
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2023 X 31/12/2022	31/12/2022 X 31/12/2021	31/12/2021 X 31/12/2020
ATIVO	335.593	386.493	318.749	281.584	-13,2%	21,3%	13,2%
Circulante	147.281	182.934	132.144	104.787	-19,5%	38,4%	26,1%
Não Circulante	188.312	203.559	186.605	176.797	-7,5%	9,1%	5,5%
PASSIVO	102.761	215.378	193.767	184.579	-52,3%	11,2%	5,0%
Circulante	66.356	107.745	122.492	109.740	-38,4%	-12,0%	11,6%
Não Circulante	36.405	107.633	71.275	74.839	-66,2%	51,0%	-4,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	232.832	171.115	124.982	97.005	36,1%	36,9%	28,8%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	71.881	56.743	27.592	22.027	26,7%	105,7%	25,3%
MARGEM LUCRO LÍQUIDO %	15,7%	12,9%	11,5%	14,1%			
EBITDA	110.270	99.511	43.245	21.791	10,8%	130,1%	98,5%
MARGEM EBITDA %	24,0%	22,6%	18,0%	13,9%			

O ano de 2023 reforçou a forte geração de resultado operacional. A receita líquida atingiu patamar recorde para a Companhia e ambos, lucro líquido e EBITDA, apresentaram avanços consideráveis. O índice de liquidez corrente alcançou a razão de 2,2 e o endividamento foi drasticamente reduzido.

O conjunto de esforços da administração trouxe uma geração operacional de caixa de R\$ 136,5 milhões em 2023. Com essa robusta cifra, a Companhia liquidou R\$ 99,5 milhões em compromissos financeiros, incluindo a liquidação completa e antecipada da sua última emissão de debêntures. Foram pagos R\$ 12,5 milhões em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e investidos R\$ 10,4 milhões em Capex.

A Companhia possui um portfólio completo de produtos que atende a todas as classes de clientes. Os artigos embarcam tecnologia, qualidade e design. A equipe de atletas e influenciadores digitais divulgam a marca e os produtos em todas as redes sociais e em eventos esportivos.

Em 2023 ficou provado mais uma vez que o modelo de gestão adotado pela administração foi responsável pela grande geração de valor, sem abrir mão da sustentabilidade desses resultados e da responsabilidade financeira.

A base de clientes atendidos aumentou 13,7% em 2023 vs. 2022. Os investimentos em marketing foram reforçados e a marca Penalty está presente nos principais eventos esportivos do Brasil.

Os principais indicadores do fechamento de 2023 foram:

- Recorde de Receita Líquida em 2023 com R\$ 459,2 milhões, crescimento de 4,3% em relação a 2022. No 4T23 a receita líquida atingiu R\$ 107,6 milhões vs. R\$ 127,0 milhões no 4T22.
- Margem bruta de 47,4% em 2023 vs. 45,0% em 2022. No 4T23 a margem bruta atingiu 44,3% vs. 46,2% no 4T22.
- EBITDA de R\$ 110,3 milhões em 2023 vs. R\$ 99,5 milhões em 2022. A margem alcançou 24,0% em 2023 vs. 22,6% em 2022. No 4T23 o EBITDA atingiu R\$ 16,8 milhões vs. R\$ 24,7 milhões no 4T22.
- Lucro Líquido de R\$ 71,9 milhões em 2023 vs. R\$56,7 milhões em 2022. No 4T23 o lucro líquido alcançou R\$ 7,9 milhões vs. R\$ 12,8 milhões no 4T22.

O Rating Corporativo foi elevado para A.br (antes BBB+.br) pela Moodys's Local e a perspectiva é estável.

b. Estrutura de capital, indicando:

A Companhia financia suas operações por meio de capital próprio e recursos de terceiros. A Companhia emite exclusivamente ações ordinárias, não havendo, portanto, ações resgatáveis.

Apresentamos, nos últimos anos e trimestres, uma redução da alavancagem, e condizente com as nossas atividades, na visão da Administração, na proporção apresentada na tabela abaixo:

CONSOLIDADO (Em R\$ mil)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Capital próprio (patrimônio líquido)	69,38%	44,27%	39,21%	34,45%
Capital de terceiros (passivo total - passivo circulante e não circulante)	30,62%	55,73%	60,79%	65,55%
Passivo total - passivo circulante e não circulante	102.761	215.378	193.767	184.579
Patrimônio líquido	232.832	171.115	124.982	97.005

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia entende que possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e equivalentes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2023, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 10.208 e a disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 19.517, suficiente para cobrir 1,9 vezes o endividamento.

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são geradoras de caixa e os prazos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a Companhia se utiliza de linhas de financiamento junto a bancos comerciais.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

No momento, a Companhia entende que não possui deficiências de liquidez. Caso exista necessidade de buscar fontes de financiamento para capital de giro ou ativos não circulantes, a Companhia poderá: (i) buscar linhas de empréstimos e financiamentos com bancos privados ou (ii) emitir títulos de dívida, tais como debêntures.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento da Companhia apresentava a seguinte composição:

	Encargos Financeiros Médios	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda corrente - R\$					
Desconto de duplicatas	1,06 a 1,37 % a.m	-	172	-	172
Conta garantida - recebíveis	CDI + 0,31% a 1,41% a.m	-	125	-	125
Capital de giro - CDI	CDI + 0,31 % a 1,15% a.m.	-	40.043	-	40.043
Capital de giro	0,37 % a.m + a 0,469 % a.m	7.108	13.189	7.108	13.189
Desenbahia - BNDES	TJLP	2.735	3.686	2.735	3.686
		9.843	57.215	9.843	57.215
Em moeda estrangeira - Peso Argentino \$					
Capital de giro	(principal e juros)	-	-	365	2.031
		-	-	365	2.031
		9.843	57.215	10.208	59.246
Passivo circulante		6.748	26.595	7.113	28.626
Passivo não circulante		3.095	30.620	3.095	30.620
Total		9.843	57.215	10.208	59.246

Desenbahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo

prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 2.735 corresponde a 25 parcelas

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como imóveis, máquinas, equipamentos e recebíveis.

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
2023	-	28.626
2024	7.113	23.344
2025	1.249	5.440
2026	1.000	994
2027 em diante	846	842
	<u>10.208</u>	<u>59.246</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre dívidas da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos citados possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava utilizando 3%, aproximadamente, dos limites de financiamento cedidos pelas instituições financeiras.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ mil)

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	Análise Vertical		Análise Horizontal	
				31/12/2023	31/12/2022	23 v. 22	22 v. 21
ATIVO	335.593	386.493	318.749	100,0%	100,0%	-13,2%	21,3%
CIRCULANTE	147.281	182.934	132.144	43,9%	47,3%	-19,5%	38,4%
Caixa e equivalentes de caixa	19.517	12.669	5.856	5,8%	3,3%	54,1%	116,3%
Contas a receber	80.501	94.138	72.702	24,0%	24,4%	-14,5%	29,5%
Estoques	29.251	53.330	29.460	8,7%	13,8%	-45,2%	81,0%
Tributos a recuperar	11.204	11.801	11.551	3,3%	3,1%	-5,1%	2,2%
Despesas pagas antecipadamente	2.158	3.116	1.404	0,6%	0,8%	-30,7%	121,9%
Demais contas a receber	4.650	7.880	11.171	1,4%	2,0%	-41,0%	-29,5%
NÃO CIRCULANTE	188.312	203.559	186.605	56,1%	52,7%	-7,5%	9,1%
Contas a receber	2.271	2.752	3.344	0,7%	0,7%	-17,5%	-17,7%
Depósitos judiciais	4.271	4.427	3.597	1,3%	1,1%	-3,5%	23,1%
Tributos a recuperar	20.479	37.891	46.385	6,1%	9,8%	-46,0%	-18,3%
Despesas pagas antecipadamente	68	155	247	0,0%	0,0%	-56,1%	-37,2%
Demais contas a receber	50.249	45.695	41.000	15,0%	11,8%	10,0%	11,5%
Propriedade para investimento	67.859	67.188	60.926	20,2%	17,4%	1,0%	10,3%
Outros investimentos	526	526	526	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%
Imobilizado	40.131	42.762	27.735	12,0%	11,1%	-6,2%	54,2%
Intangível	2.458	2.163	2.845	0,7%	0,6%	13,6%	-24,0%
PASSIVO	335.593	386.493	318.749	100,0%	100,0%	-13,2%	21,3%
CIRCULANTE	66.356	107.746	122.492	19,8%	27,9%	-38,4%	-12,0%
Fornecedores	14.301	24.129	22.072	4,3%	6,2%	-40,7%	9,3%
Partes Relacionadas	-	-	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	7.113	28.626	62.522	2,1%	7,4%	-75,2%	-54,2%
Debêntures	-	11.187	-	0,0%	2,9%	-100,0%	0,0%
Juros sobre capital próprio	32	13	-	0,0%	0,0%	142,8%	0,0%
Obrigações sociais e trabalhistas	9.823	14.849	9.633	2,9%	3,8%	-33,8%	54,1%
Obrigações fiscais	17.101	14.224	13.412	5,1%	3,7%	20,2%	6,1%
Demais contas a pagar	17.986	14.718	14.853	5,4%	3,8%	22,2%	-0,9%
NÃO CIRCULANTE	36.405	107.633	71.275	10,8%	27,8%	-66,2%	51,0%
Empréstimos e financiamentos	3.095	30.620	35.451	0,9%	7,9%	-89,9%	-13,6%
Obrigações fiscais	16.847	23.382	24.731	5,0%	6,0%	-27,9%	-5,5%
Provisão para contingências	13.869	9.647	6.013	4,1%	2,5%	43,8%	60,4%
Demais contas a pagar	2.594	2.772	5.080	0,8%	0,7%	-6,4%	-45,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	232.832	171.114	124.982	69,4%	44,3%	36,1%	36,9%
Capital social	45.937	45.937	45.937	13,7%	11,9%	0,0%	0,0%
Reserva de capital	814	328	1.397	0,2%	0,1%	148,2%	-77%
Reserva legal	9.189	5.854	3.017	2,7%	1,5%	57,0%	94,0%
Reserva de incentivos fiscais	159.181	103.118	57.318	47,4%	26,7%	54,4%	79,9%
Ajustes de avaliação patrimonial	19.642	19.642	19.642	5,9%	5,1%	0,0%	0,0%
Outros resultados abrangentes	(1.933)	(3.212)	(1.887)	-0,6%	-0,8%	-39,8%	70,2%
Participação de acionistas não controladores em controladas	2	(553)	(442)	0,0%	-0,1%	-100,4%	25,1%

COMPARATIVO ENTRE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	Análise Vertical			Análise Horizontal	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	23 v. 22	22 v. 21
Receita operacional líquida	459.161	440.404	240.098	100,0%	100,0%	100,0%	4,3%	83,4%
Custo dos produtos vendidos	(241.528)	(242.305)	(127.520)	-52,6%	-55,0%	-53,1%	-0,3%	90,0%
Lucro bruto	217.633	198.099	112.578	47,4%	45,0%	46,9%	9,9%	76,0%
Despesas com vendas	(76.899)	(67.100)	(40.095)	-16,7%	-15,2%	-16,7%	14,6%	67,4%
Despesas gerais e administrativas	(40.243)	(37.641)	(27.048)	-8,8%	-8,5%	-11,3%	6,9%	39,2%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.419)	(4.182)	(9.343)	-0,5%	-0,9%	-3,9%	-42,2%	-55,2%
	(119.561)	(108.923)	(76.486)	-26,0%	-24,7%	-31,9%	9,8%	42,4%
Lucro operacional	98.072	89.176	36.092	21,4%	20,2%	15,0%	10,0%	147,1%
Despesas financeiras	(40.910)	(47.091)	(30.569)	-8,9%	-10,7%	-12,7%	-13,1%	54,0%
Receitas financeiras	16.254	17.647	15.775	3,5%	4,0%	6,6%	-7,9%	11,9%
	(24.656)	(29.444)	(14.794)	-5,4%	-6,7%	-6,2%	-16,3%	99,0%
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	73.416	59.732	21.298	16,0%	13,6%	8,9%	22,9%	180,5%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.551)	(3.096)	6.186	-0,3%	-0,7%	2,6%	-49,9%	-150,0%
Lucro líquido antes da participação dos não controladores	71.865	56.636	27.484	15,7%	12,9%	11,4%	26,9%	106,1%
Atribuível aos acionistas não controladores	16	107	108	0,0%	0,0%	0,0%	-85,0%	-0,9%
Lucro do exercício	71.881	56.743	27.592	15,7%	12,9%	11,5%	26,7%	105,7%

EBITDA	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	Análise Vertical			Análise Horizontal	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	23 v. 22	22 v. 21
(Prejuízo) lucro do período	71.881	56.743	27.592	15,7%	12,9%	11,5%	26,7%	105,7%
Despesas Financeiras	40.910	47.091	30.569	8,9%	10,7%	12,7%	-13,1%	54,0%
Receitas Financeiras	(16.254)	(17.647)	(15.775)	-3,5%	-4,0%	-6,6%	-7,9%	11,9%
Depreciação/Amortização	12.198	10.335	7.153	2,7%	2,3%	3,0%	18,0%	44,5%
Atribuível aos acionistas não controladores	(16)	(107)	(108)	0,0%	0,0%	0,0%	-85,0%	-0,9%
Imposto de renda e contribuição social do período	1.551	3.096	(6.186)	0,3%	0,7%	-2,6%	-49,9%	-150,0%
EBITDA	110.270	99.511	43.245	24,0%	22,6%	18,0%	10,8%	130,1%
% DA RECEITA LÍQUIDA	24,0%	22,6%	18,0%					

Tributos a recuperar

Em 23 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal (“STF”) julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic envolvendo créditos fiscais recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em relação a este assunto, a Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de liminar em 02/08/2021, objetivando assegurar o reconhecimento da não incidência destes tributos sobre os valores de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a Selic, onde obteve êxito no 4º trimestre. A Companhia registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R\$ 6.243, visto que a realização do ganho é líquida e certa.

IFR 16 / CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou a norma em 2019. O CPC 06 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Em 2019 a Companhia utilizou abordagem retrospectiva simplificada. O efeito cumulativo da adoção foi reconhecido como ajuste no saldo de abertura do balanço patrimonial, sem abertura das informações comparativas.

Dos contratos que foram escopo da norma, a administração da Companhia considerou como componente de arrendamento o valor do aluguel para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo do arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos. As contraprestações de arrendamento que anteriormente (até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018) eram registradas como despesas de aluguéis, passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária

Considerando que a inflação acumulada nos últimos anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa Penalty Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018.

De acordo com a norma, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

A demonstração de resultado da Penalty Argentina acumulada até 31 de dezembro de 2023 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida a taxa de fechamento em 31 de dezembro de 2023 de 0,0091 por real.

Propriedade para investimento

Em 30 de setembro de 2019, um imóvel da subsidiária Cambuci Trust S/A foi classificado para propriedade para investimento. Inicialmente o valor foi transferido como propriedade para investimento a valor de custo, no montante de R\$ 25.988. Imediatamente após sua transferência, a Companhia remensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho de R\$ 25.212 em outros resultados abrangentes, demonstrada no Patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial (nota explicativa 26 das demonstrações financeiras de 31/12/2020).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mensurou o valor justo e registrou um ganho no resultado do exercício no valor de R\$ 671.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	4	7	43	63
Bancos conta movimento	1.027	1.475	2.037	8.003
Aplicações financeiras	16.438	4.470	17.437	4.603
	17.469	5.952	19.517	12.669

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários ("CDB") e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou

inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber no Brasil	91.699	101.767	92.650	102.988
Contas a receber no Exterior	45	1.543	3.808	5.306
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(10.826)	(7.739)	(13.686)	(11.404)
	80.918	95.571	82.772	96.890
Ativo Circulante	78.647	92.819	80.501	94.138
Ativo Não Circulante	2.271	2.752	2.271	2.752
Total	80.918	95.571	82.772	96.890

A Companhia mensura regularmente efeitos de valor presente em suas contas a receber. Em 31 de dezembro de 2023 tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

O saldo por vencimento é o seguinte;

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	2.369	3.734	2.539	3.844
De 31 a 120 dias	1.107	2.071	1.220	2.792
De 121 a 180 dias	332	363	1.220	1.115
A partir de 181 dias	9.237	9.113	12.109	11.821
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(10.826)	(7.739)	(13.686)	(11.404)
Total dos títulos vencidos - terceiros	2.219	7.542	3.402	8.168
Títulos a vencer - terceiros	78.699	88.029	79.370	88.722
Total da carteira de clientes - terceiros	80.918	95.571	82.772	96.890

A movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo da PECLD no início do exercício	(7.739)	(9.091)	(11.404)	(13.650)
(Adições) / reversões do exercício	(3.083)	(793)	(2.278)	101
Baixa de títulos considerados incobráveis	(4)	2.145	(4)	2.145
Saldo da PECLD no final do exercício	(10.826)	(7.739)	(13.686)	(11.404)

Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	16.869	14.693	17.561	28.122
Importação em andamento	1.557	7.535	1.557	7.535
Produtos em elaboração	1.033	1.557	1.033	1.557
Matérias-primas	9.100	15.953	9.100	16.116
	28.559	39.738	29.251	53.330

Políticas Contábeis

A Companhia adotou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados e o resumo das principais políticas estão descritas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, divulgado em 04 de março de 2023, na nota explicativa nº 6.

10.2 – Resultado Operacional e Financeiro**a. Resultado das operações do emissor, em especial:****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da Companhia é composta pelas vendas no mercado interno, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações na América do Sul, além das exportações. A Cambuci goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais da Bahia e Paraíba, onde as fábricas estão localizadas. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício de 2023 foi de R\$ 39.309. Em 2022 foi de R\$ 32.157.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O ano de 2023 foi marcado por recordes na geração operacional de resultados. O resultado foi impactado positivamente pelo complemento do crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme variação líquida do quadro abaixo.

	31/12/2023	
	IRPJ	CSLL
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.535	4.513
Variações líquidas	6.025	2.168
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18.560	6.681

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No acumulado do ano, o aumento da receita líquida foi de 4,3% comparado com o mesmo período do ano anterior. O resultado se deve ao conjunto de: aumento da base de clientes,

reajuste de preços para neutralizar impacto inflacionário e garantir margens e maior competitividade frente aos concorrentes importadores.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação tem impacto nos negócios da Companhia, uma vez que alguns dos insumos, serviços e despesas operacionais são denominados em reais.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e “royalties”, denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos e mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

10.3 – Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período

10.4 – Mudanças de práticas Cont./Ressalvas e Ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As descrições das práticas contábeis estão contidas na nota explicativa nº 6 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023, publicadas em 04/03/2024, sendo que não houve nenhuma mudança significativa. A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e foram apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2020.

Não existem normas, alterações e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia em 31 de dezembro de 2022.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos Auditores Independentes **não contém ressalvas ou ênfases**.

A Administração acredita que nos próximos anos a Companhia possua expectativas de melhorar ainda mais sua rentabilidade e gerar recursos oriundos de suas próprias operações para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuar operando.

i. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração compreende que os controles internos da companhia e sistemas de elaboração das demonstrações financeiras atendem perfeitamente a qualidade, precisão e a confiabilidade das informações.

ii. ineficiência e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não aponta qualquer deficiência relevante nos procedimentos e controles internos que a empresa utiliza na elaboração de suas demonstrações financeiras.

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

Consideramos uma prática contábil crítica quando ela é importante para retratar a situação financeira da Companhia e resultados operacionais, e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos por parte da Administração da Companhia. Para um resumo de todas as práticas contábeis da Companhia, vide nota explicativa nº 6 das demonstrações financeiras da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis da Controladora e Consolidado incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a provisão para impostos diferidos Nota 12, seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 17.1, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 26, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 28.

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como:**

Não aplicável, uma vez que não há qualquer ativo ou passivo detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, não evidenciado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não há qualquer item relevante que não foi evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas.

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

b) natureza e propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

10.8 – Plano de negócios

a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Companhia continua investindo na sua expansão nacional e internacional.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende utilizar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras para os novos investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de capital relevante em andamento ou previstos para os próximos anos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não houve nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos, que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgados (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos (iv) montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O portfólio de produtos das marcas da Cambuci apresentado em 2023 foi resultado de investimentos em inovação e tecnologia, baseado em premissas de atualização de design e em conformidade com as orientações de pesquisa em tendências junto a bureaus globais. Cerca de 2% do faturamento líquido é destinado ao trabalho de pesquisa, desenvolvimento e inovação, justamente para oferecer constantes novidades e garantir performance e qualidade que são condições primordiais nos produtos Penalty e Stadium. Este direcionamento resultou na evolução das linhas de produtos do seu portfólio.

Nossa bola ecológica Penalty S11 Ecoknit rola nos principais campeonatos e utiliza 4,5 garrafas PET recicladas em sua composição. Nossos calçados Max 1000, Max 500, Brasil 70 Locker, S11Locker e 7 Society compartilham da mesma inovação. Além disso, fomos a primeira marca a apresentar meias fabricadas com fio reciclado de PET. Ao todo, já retiramos mais de 400 mil garrafas PET da natureza. Optamos por adquirir energia de fontes limpas e renováveis e reprocessamos todo o EVA e a borracha dos nossos processos para garantir o menor impacto possível.

A cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Não houve portanto fatores com influência relevante no exercício de 2023.

ANEXO II DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**12.6 – 12.10. Informações dos candidatos indicados pela administração da Companhia para membro do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal**

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome
- b. idade
- c. profissão
- d. CPF ou número de passaporte
- e. cargo eletivo ocupado
- f. data de eleição
- g. data da posse
- h. prazo do mandato
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor
- j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não

CONSELHO FISCAL

Os acionistas controladores da Companhia informaram à Administração da Companhia que indicarão, para ocuparem o cargo de **membro do Conselho Fiscal** da Companhia, a reeleição dos Srs.:

Roberto Massayuki Hara, brasileiro, casado, economista, domiciliado na Rua Euclides Pacheco, 1679 - Apto 61, Tatuapé, São Paulo/SP, RG 9.029.221-2 SSP/SP, e CPF nº 860.121.858-04, e respectivo suplente;

Mário Alberto de Lima Reis Coutinho, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Rua João de Souza Dias, 612, ap 162, Campo Belo – São Paulo – SP, RG nº 6.252.106 e CPF nº 491.893.018-20; e

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto, brasileiro, casado, administrador de empresa e contabilista, domiciliado à Rua Vergueiro, 2016, 9º andar, São Paulo-SP, RG nº 7.615.443-9 e CPF nº 026.230.088-50, e

para **Suplentes**, respectivamente, os senhores:

Sergio Renato Escatolin, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado na Rua Colombia, 578, Jardim América, São Paulo/SP, RG nº 25.848.706-9, e CPF nº 183.679.998-51

José Roberto Pereira Rios, brasileiro, casado, administrador de empresa e contador, residente à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 137 – São Roque – SP, RG nº 5.544.637 e CPF nº 555.992.578-00; e

Clovis Ailton Madeira, brasileiro, casado, administrador de empresa e contabilista, domiciliado à Rua Vergueiro, 2016, 9º andar, São Paulo-SP, RG nº 4.313.404-X – SSP/SP e CPF nº 253.599.328-72.

NOME DO CONSELHEIRO	IDADE	PROFISSÃO	CPF	DATA DA ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS NA CAMBUCI	ELEITO PELO CONTRALADOR	FUNÇÃO
ROBERTO MASSAYUKI HARA	62	Economista	860.121.858-00	04/04/2024	04/04/2024	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (Efeito)
MARIO ALBERTO DE LIMA REIS COUTINHO	78	Engenheiro	491.893.018-20	04/04/2024	04/04/2024	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (Efeito)
ANTONIO CARLOS BONINI SANTOS PINTO	63	Administrador	026.230.088-50	04/04/2024	04/04/2024	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (Efeito)
Sergio Escatolin Renato	46	Administrador	183.679.998-51	04/04/2024	04/04/2024	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (suplente)
JOSE ROBERTO PEREIRA RIOS	67	Administrador e Contador	555.992.578-00	04/04/2024	04/04/2024	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (suplente)
CLOVIS AILTON MADEIRA	70	Administrador e Contador	253.599.328-72	04/04/2024	04/04/2024	UM ANO	NÃO	SIM	Conselheiro Fiscal (suplente)

ADMINISTRADORES – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

Os acionistas controladores da Companhia informaram à Administração da Companhia que indicarão, para ocuparem o cargo de **membro do Conselho de Administração da Companhia**, os Srs.:

Roberto Estefano, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Av. Getulio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 1.447.416-5 SSP/SP e CPF nº 067.524.468-49;

Eduardo Estefano Filho, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Av. Getulio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 3.012.239 SSP/SP e CPF nº 067.527.138-04;

Manuel Roberto Bravo Caldeira, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado na Rua Tucumã, 217 ap 141 Jardim Europa CEP 01455-010 São Paulo-SP, portador do CIRG n. 4.113.785 e CPF/MF sob o n. 029.428.328;

para ocuparem o cargo de **diretor executivo da Companhia**, o Sr.:

Alexandre Schuler, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador do RG nº 1025583673 SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 425.103.330-20;

Roberto Estefano, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na Av. Getulio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 1.447.416-5 SSP/SP e CPF nº 067.524.468-49;

Emerson Tsuneji Shiromaru, brasileiro, casado, administrador, com endereço na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador da CIRG nº 15.436.012-0 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 142.459.198-84.

NOME DO ADMINISTRADOR	Idade	Profissão	CPF	DATA DA ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS NA CAMBUCI	ELEITO PELO CONTROLADOR	FUNÇÃO
-----------------------	-------	-----------	-----	-----------------	---------------	------------------	--------------------------	-------------------------	--------

ROBERTO ESTEFANO	75	Administrador	067.524.468-49	04/04/2024	04/04/2024	UM ANO	Não	SIM	Conselheiro de Administração (Efetivo) e Diretor de Relação Com os Investidores
EDUARDO ESTEFANO FILHO	77	Engenheiro	067.527.138-04	04/04/2024	04/04/2024	UM ANO	Não	SIM	Conselheiro de Administração (Efetivo)
MANUEL ROBERTO BRAVO CALDEIRA	66	Administrador	029.428.328-51	04/04/2024	04/04/2024	UM ANO	Não	NAO	Conselheiro de Administração (Efetivo)
ALEXANDRE SCHULER	59	Administrador	425.103.330-20	04/04/2024	04/04/2024	UM ANO	Não	Não	Diretor Presidente
EMERSON TSUNEJI SHIROMARU	54	Administrador	142.459.198-84	04/04/2024	04/04/2024	UM ANO	Não	Não	Diretor de Operações Internacionais e Inovação e Tecnologia

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A Cambuci S/A não possui os comitês acima mencionados

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Nome: **Roberto Estefano**

Formação acadêmica: Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas

Experiência profissional: diversas atividades exercidas na Assessoria Brasileira das Indústrias de Artigos Esportivos, Sindicato de Meias e Malharias do Estado de São Paulo. Atualmente é presidente do conselho de administração da Cambuci S/A, além de ser diretor Presidente e de relações com investidores.

Nome: **Eduardo Estefano Filho**

Formação acadêmica: Engenheiro Mecânico, pela FEI / PUC. Pós graduação em Administração de Empresas – FGV

Experiência profissional: atividades exercidas como diretor da Cambuci S/A

Atualmente é membro do conselho de administração da Cambuci S/A, além de ter sido diretor superintendente da Cambuci S/A

Nome: **Manuel Roberto Bravo Caldeira**

Formação acadêmica: EAESP-FGV.

Experiência profissional: iniciou sua carreira no Banco Finasa de Investimentos, onde era gerente de análise. Em seguida, trabalhou no Banco Francês e Brasileiro como diretor de investimentos, sendo responsável pela montagem e gestão do departamento de mercado de capitais. Foi eleito em 1994 o melhor administrador de fundos pela revista Exame. Posteriormente foi sócio da Linear Investimentos, onde captou cerca de US\$ 200Milhões no prazo de 6 meses para o fundo por ele gerido. Prosseguiu sua carreira como consultor de gestão profissionalizada de empresas no ramo de alimentação, agropecuário, usinas de açúcar e investimentos e é sócio proprietário da Iguana Investimentos Ltda. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Cambuci S/A

Nome: **Alexandre Schuler**

Formação acadêmica: Administração de empresas – FACCAT

Experiência profissional: Larga experiência em processos industriais e métodos para resultado, com 35 anos de carreira vivenciando empresas com foco produtivo, como por exemplo: Calçados Azaléia S/A. Com especialização na área de gestão de produção e área financeira.

Nome: **Emerson Tsuneji Shiromaru**

Formação Acadêmica: Administração de empresas – FEEVALE e Engenharia e Modelagem de calçados – Instituto Japonês de Calçados / Tóquio-Japão

Experiência profissional: Experiência de 25 anos em empresas nacionais e internacionais no seguimento calçadista. Carreira desenvolvida nas áreas de desenvolvimento de materiais e produto, industrial e comercial, procurement e sourcing nas empresas: São Paulo Alpargatas S/A, Calçados Azaleia S/A, Toray Ecsaine Co. Ltda, Duksung Chemical Co. Ltd, Kanebo Co. Ltd, TNK Importadora e Exportadora Ltda, Shion Trading Co. Ltd, Lipa Shoes Co. Ltd., Shin-Niko Co. Ltd e Profile Internacional Ltda.

Nome: **Mário Alberto de Lima Reis Coutinho**

Formação acadêmica: Engenharia Têxtil, pela FEI

Experiência profissional: atividades exercidas como diretor Industrial e diretor de Suprimentos do Grupo Guilherme Giorgi. Atualmente é membro titular do conselho fiscal da Cambuci S/A.

Nome: **Antônio Carlos Bonini Santos Pinto**

Formação acadêmica: Administrador de Empresas

Experiência profissional: Atividades exercidas como auditor da empresa BDO Directa Auditores S/C e conselheiro do Conselho fiscal das empresas Cambuci S/A e Cia Industrial Schlosser S/A. Atualmente é membro titular do conselho fiscal da Cambuci S/A

Nome: **Roberto Massayuki Hara**

Formação acadêmica : Economia - FAAP

Experiencia Profissional : Colaborador do Moinho Pacifico a 39 anos, vivenciou a transição do sistema de monopólio governamental do trigo ao de livre mercado. Atuou nas áreas de Recursos Humanos, Financeira, Tributária, Importação e Logística do abastecimento de trigo do Moinho Pacifico. Em 2013 estruturou e é responsável pelo departamento de serviços de recepção, armazenagem e logística de trigo para as tradings Cargill, ADM, Bunge e moinhos do Estado de São Paulo atingindo a movimentação de 350.000 toneladas no primeiro ano de atividade.

Nome: **José Roberto Pereira Rios**

Formação acadêmica: Administração de Empresas e Ciências Contábeis

Experiência profissional: atividades exercidas como contador da empresa Ras Reviri Empresa de Contabilidade e Computação Ltda. Atualmente é membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A.

Nome: **Clovis Ailton Madeira**

Formação acadêmica: Administração de Empresas pelo Instituto Municipal de Ensino Superior São Caetano do Sul e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas.

Experiência profissional: Sócio Diretor da Directa Auditores. Atualmente é membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A

Nome: **Sergio Renato Escatolin**

Formação acadêmica: Administração de Empresas Universidade Paulista

Experiência profissional: Atuou como administrador financeiro no 15 anos no Moinho Pacifico no segmento alimentício, com experiência em tesouraria e cambio, sendo responsável pelas aplicações financeiras do Grupo Pacifico. Colabora no “family office” do empresário Lawrence Pih respondendo pela gerencia administrativa e financeira da Rivale Representações Ltda. Atualmente é membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A

b. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

i. Qualquer condenação criminal

ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Os candidatos ao Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva acima mencionados declaram que não estiveram sujeitos, nos últimos 5 (cinco) anos, aos efeitos de qualquer condenação definitiva transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que os tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Os candidatos a membro do Conselho Fiscal declaram não haver relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau nas situações acima mencionadas.

No conselho de Administração e diretoria os Senhores Roberto Estefano e Eduardo Estefano Filho são irmãos.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O Sr. Eduardo Estefano Filho exerce o cargo de administrador nas empresas Impar Sports Ind. e Com. de Artigos Esportivos Ltda., Cambuci Importadora Ltda, Penalty Argentina S/A e Impar Paraguay S/A .

- b. controlador direto ou indireto do emissor

NA

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica

ANEXO III DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**13. Remuneração dos Administradores**

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês, abordando os seguintes aspectos.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração dos nossos executivos objetiva atrair e reter qualificados profissionais de mercado, que estejam engajados na continuidade e expansão dos nossos negócios.

A Companhia acredita que uma administração profissional composta por executivos de alto nível traz um diferencial competitivo que impacta positivamente o retorno dos negócios.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Nossa Companhia tem por política remunerar os membros do Conselho de Administração com honorários fixos e mensais. Em razão da situação financeira da Companhia, os membros do Conselho de Administração renunciaram aos seus honorários nos exercícios de 2021, 2022 e 2023.

Diretoria Estatutária

Os membros da nossa Diretoria Estatutária contam com uma remuneração fixa e uma remuneração variável, além dos benefícios indiretos. A remuneração variável corresponde a bônus anual.

Conselho Fiscal

Os membros efetivos de nosso do Conselho Fiscal recebem unicamente a título de honorários uma quantia fixa mensal mínima correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração dos diretores.

Comitês

NA.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Diretoria Estatutária

75% (setenta e cinco por cento) da remuneração da Diretoria Estatutária corresponde aos honorários fixos e mensais, 20% (vinte por cento) ao bônus anual e 5% (cinco por cento) corresponde aos benefícios indiretos.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

100% (cem por cento) da remuneração dos membros efetivos de Conselho de Administração e do Conselho Fiscal correspondem aos honorários fixos e mensais a que fazem jus.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**Diretoria Estatutária**

Com relação à remuneração da Diretoria Estatutária, a Companhia utiliza os índices divulgados pelos órgãos oficiais e os índices de performance individuais, para correção salarial e de benefícios.

Conselhos de Administração e Fiscal

Para os membros efetivos do Conselho de Administração o cálculo e reajustes estão atrelados às práticas de mercado e, para os membros do Conselho Fiscal, respeitamos os limites mínimos estabelecidos no §3º do art. 162 da Lei n.º 6.404/76.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa dos Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, permite a retenção de profissionais qualificados interessados no aumento da lucratividade da Companhia. A remuneração variável da Diretoria Estatutária está vinculada à obtenção de resultados e à valorização da Companhia, alinhando os interesses dos administradores e dos acionistas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável dos Diretores Estatutários – bônus – está vinculada aos indicadores de desempenho financeiros da Companhia, e indicadores de performance coletiva e individual

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No ciclo anual do planejamento estratégico são definidos os indicadores de desempenho financeiro da Companhia e de performance coletiva e individual que servem de base para fins de pagamento da remuneração variável dos Diretores Executivos.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Através dos indicadores de desempenho financeiro e de performance coletivo e individual a política de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

Os indicadores de desempenho financeiro escolhidos para determinar os níveis de remuneração da Diretoria Estatutária são os mesmos que definem os níveis de remuneração dos próprios acionistas assegurando, assim, alinhamento entre as partes.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa, variável e benefícios indiretos dos Diretores Estatutários da Companhia é integralmente paga pela Companhia, à exceção de:

Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é integralmente paga pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

NA.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, preencher tabela abaixo:

Como já foi mencionado nos itens acima, todos os membros do conselho de administração da Companhia renunciaram a remuneração a que teriam direito nos exercícios de 2021, 2022 e 2023

Valores em R\$/mil

N. de membros	Remuneração fixa		Remuneração variável	Total
	Honorários	Benefícios	bônus	

2021

Diretoria	5	R\$ 3.402.246,99	R\$ 634.797,21	R\$ -	R\$ 4.037.044,20
Conselho Fiscal	4	R\$ 184.545,50	R\$ 2.762,17		R\$ 187.307,67
TOTAL	9	R\$ 3.586.792,49	R\$ 637.559,38	R\$ -	R\$ 4.224.351,87

2022

Diretoria	5	R\$ 3.632.673,81	R\$ 783.847,27	R\$ -	R\$ 4.416.521,08
Conselho Fiscal	4	R\$ 223.280,60	R\$ 2.194,92		R\$ 225.475,52
TOTAL	9	R\$ 3.855.954,41	R\$ 786.042,19	R\$ -	R\$ 4.641.996,60

2023

Diretoria	5	R\$ 3.900.687,37	R\$ 924.891,10		R\$ 4.825.578,47
Conselho Fiscal	4	R\$ 280.368,84	R\$ 4.286,20		R\$ 284.655,04

TOTAL	9	R\$ 4.181.056,21	R\$ 929.177,30		R\$ 5.110.233,51
2024 PROVISÃO					
Diretoria	5	R\$ 4.056.714,86	R\$ 961.886,74		R\$ 5.018.601,61
Conselho Fiscal	4	R\$ 291.583,59	R\$ 4.457,65		R\$ 296.041,24
TOTAL	9	R\$ 4.348.298,46	R\$ 966.344,39		R\$ 5.314.642,85

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

A política de remuneração da Companhia não contempla programas de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. No caso da Diretoria Estatutária da Companhia, esta recebe a remuneração variável a título de bônus, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Diretoria estatutária

Ano	Número de membros	Bônus – valor mínimo	Bônus – valor máximo	Bônus – valor previsto	Bônus – valor efetivamente pago
2021	5	283.520,58	1.417.602,91	850.561,75	
2022	5	318.870,01	1.594.350,03	956.610,02	1.321.329,17
2023	5	314.943,67	1.669.201,44	1.435.513,23	1.588.607,83
2024	5	338.059,57	1.690.297,86	1.453.656,16	

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

NA.

a. Termos e condições gerais

NA.

b. principais objetivos do plano

NA.

c. forma como plano contribui para esses objetivos

NA

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

NA.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

NA.

f. número máximo de ações abrangidas

NA.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

NA.

h. condições de aquisição de ações

NA.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

NA.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

NA.

k. Forma de liquidação

NA.

l. Restrições às transferências das ações

NA.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

NA.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

NA.

13.5. Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

EMPRESA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL
	ON	ON	ON
Cambuci S/A	20.809.470	165.000	
Impar Sports Ind.Com. Artigos Esp. Ltda*	20.000		
Impar Paraguay S/A	1		
Cambuci Importadora Ltda*	2		

* EMPRESA POR COTA

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

NA.

13.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

NA.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais.

NA.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

NA

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Não há plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11. Remuneração média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais.

Como já foi esclarecido nos itens anteriores, todos os membros do conselho de administração renunciaram a remuneração a que teriam direito.

Ano	n.º De membros	Diretoria /remuneração média		
		Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor média remuneração individual
2021	5	900.694,52	422.335,31	567.041,17
2022	5	999.689,77	506.674,97	637.740,01
2023	5	970.652,14	531.368,13	738.887,36
2024	5	1.108.926,75	589.905,51	811.342,97

Ano	n.º De membros	Conselho fiscal /remuneração média		
		Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor da média remuneração individual
2021	4	48.200,00	45.448,50	46.136,38
2022	4	52.756,24	49.744,61	50.497,52
2023	4	121.200,00	51.321,78	68.791,33
2024	4	128.431,68	54.383,97	72.895,90

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

NA.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2021	2022	2023
Conselho de administração	0	0	0
Conselho fiscal	0	0	0
Diretoria	19%	19%	19%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Os Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração e Fiscal não recebem remuneração por quaisquer outras funções que desempenharam na Companhia.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há remuneração suportada por controladores, diretos ou indiretos, por sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 Outras Informações Relevantes

NA.

ANEXO IV – DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS
Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2023

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2023 FORMULADA PELA ADMINISTRAÇÃO DA CAMBUCI S.A., A SER SUBMETIDA À APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2024, ÀS 10:00HS, NOS TERMOS DO ARTIGO 10, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA RESOLUÇÃO CVM 81.

1. Informar o lucro líquido do exercício: Lucro líquido do exercício		R\$ 71.880.834,95
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos e juros sobre capital próprio já declarados: Juros sobre capital próprio Dividendos propostos Total		R\$ 12.483.487,15 R\$ 0,30 R\$ 12.484.487,15
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído: Percentual do Lucro líquido do exercício distribuído		17,37%
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: Dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores		R\$ 0,00
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe. b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio. c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio. d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.		
		Montante
Remuneração	Declaração	Ação
		Global(*)
		Por ação(*)
		Pagamento

(*) Não há incidência de atualização e juros.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores:

- a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.
- b) Informar a data dos respectivos pagamentos.

Remuneração	Declaração	Ação	Montante		Pagamento
			Global(*)	Por ação(*)	
Juros sobre capital próprio	01/03/2023	ON	R\$ 2.745.934,78	R\$ 0,06542711	31/03/2023
Juros sobre capital próprio	17/05/2023	ON	R\$ 3.052.150,72	R\$ 0,07280082	30/06/2023
Juros sobre capital próprio	15/08/2022	ON	R\$ 3.294.952,42	R\$ 0,07858546	29/09/2023
Juros sobre capital próprio	08/11/2022	ON	R\$ 3.392.489,46	R\$ 0,08091174	28/12/2023

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a) Lucro líquido do exercício e dos 3(três) exercícios anteriores.

Montante Global	EXERCÍCIO (Valores em R\$)		
	2023	2022	2021
Lucro / (Prejuízo) Líquido	71.880.834,95	56.743.000,07	27.592.129,74
Valor por Ação	1,71	1,35	0,65

- b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído 3(três) exercícios anteriores

Montante Global	EXERCÍCIO (Valores em R\$)		
	2023	2022	2021
JCP	12.484.487,15	8.104.665,42	-
Valor por Ação	0,30	0,19	-

Não há dividendos distribuído e/ou a distribuir em 31/12/2023 devido a recomposição das reservas de incentivos fiscais.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal
R\$ 3.333.654,22

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro do Exercício de 2023	71.880.834,95	
(-) Prejuízo Acumulado	0,00	
Saldo a distribuir	71.880.834,95	
Constituição da Reserva legal	5%*	3.333.654,22 * Até o limite de 20% do Capital Social
JCP	(12.484.487,15)	
Constituição de Reserva de incentivos fiscais	56.062.693,59	

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixo ou mínimos:

- a) Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos Não aplicável
- b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos Não aplicável
- c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa Não aplicável
- d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais Não aplicável
- e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
O Art. 41 do Estatuto Social da Companhia prevê dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Art. 202 da Lei Das Sociedades Por Ações.
Não houve distribuição de dividendos em função da constituição da reserva legal e constituição da reserva para incentivos fiscais.
- b) Informar se ele está sendo pago integralmente
Não houve pagamento de dividendos
- c) Informar o montante eventual retido

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia 1:

a) Informar o montante da retenção

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o valor de R\$ 56.062.693,59 para reserva de incentivos fiscais, deduzindo esse valor da base de dividendos.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxo de caixa positivos.

A Companhia está focada na geração de valor. Nos últimos anos, houve um incremento significativo nas margens e na lucratividade. Os esforços para redução de estoques, aumento de margem e gestão da estrutura de capital convergem para uma elevada taxa de retorno sobre o patrimônio líquido. A pulverização dos recebíveis garante acesso facilitado a capital de giro junto as instituições financeiras e a elevada margem bruta dos produtos garante geração de caixa suficiente para as operações. Nossos índices de liquidez estão dentro do esperado pela administração e há esforços contínuos para melhoria dos mesmos.

c) Justificar a retenção dos dividendos

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais (ICMS) em que as Fábricas estão localizadas. A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.

A proposta da Administração é recompor o saldo das reservas para incentivos fiscais, destinando o valor após a destinação da reserva legal, no montante de R\$ 56.062.693,59 para reserva de incentivos fiscais.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

- | | |
|---|---------------|
| a) Identificar o montante destinado à reserva | Não aplicável |
| b) Identificar a perda provável e sua causa | Não aplicável |
| c) Explicar porque a perda foi considerada provável | Não aplicável |
| d) Justificar a constituição da reserva | Não aplicável |

13. Havendo a destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

- | | |
|---|---------------|
| a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar | Não aplicável |
| b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva | Não aplicável |

14. Havendo a destinação de resultado para reservas estatutárias:	
a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva	Não aplicável
b) Identificar o montante destinado a reserva	Não aplicável
c) Descrever como o montante foi calculado	Não aplicável
15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:	
a) Identificar o montante da retenção	Não aplicável
b) Fornecer cópia do orçamento de capital	Não aplicável
16. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais:	
a) Identificar o montante destinado à reserva Constituição de reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 56.062.693,59	
b) Explicar a natureza da destinação	
<p>A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.</p> <p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração propõe destinar o valor para reserva de incentivos fiscais, deduzindo esse valor da base de dividendos.</p>	

ANEXO V DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Modelo de Boletim de voto à distância – AGO da CAMBUCI S/A de 04/04/2024

1. Nome do acionista:

2. CNPJ ou CPF do acionista:

3. Endereço de e-mail para envio ao acionista da confirmação do recebimento do boletim pela Companhia:

4. Orientações de preenchimento:

O presente boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22.

Nesse caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato.

Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral:

- todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos;
- todas as suas páginas deverão ser rubricadas;
- ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e
- não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim, tampouco a sua consularização.

Importante esclarecer que a “Proposta da Administração” por vezes referida neste boletim, e à qual este boletim é anexo, encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede social da CAMBUCI S/A, no seu site www.cambuci.com.br/investidores, e no endereço eletrônico da CVM www.cvm.gov.br e no endereço eletrônico da B3 www.b3.com.br.

5. Orientações para envio do boletim

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:

5.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância.

O acionista que optar por exercer o direito de voto a distância por prestadores de serviço deverá fazê-lo por uma das opções:

- **Acionistas com posição acionária em livro escritural:** podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaubr.com.br/securitieservices/assembleiadigital/>.

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, São Paulo.

Atendimento a acionistas:

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Email: atendimentoescuracao@itau-unibanco.com.br

- **Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/ corretora:** deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação.
- **Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição:** (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiante): basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização das Assembleias, ou seja, até 29/03/2024 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM nº 81/22, a Central Depositária da CAMBUCI S/A, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Adicionalmente, o escriturador, também em linha com a Resolução CVM nº 81/22, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

5.2. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, cep 18130-430, São Roque/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (i) via física do presente boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado;

e

(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(a) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (b) para pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e documento de identidade com foto do representante legal. (c) para fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e documento de identidade com foto do representante legal.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico ri@cambuci.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original deste boletim e da cópia autenticada dos documentos requeridos até o dia 29/03/2024, inclusive, para Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, cep 18130-430, São Roque/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Resolução CVM nº 81/22.

Caso este boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado no item 3 acima.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 7 dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 29/03/2024 (inclusive). Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

Deliberações/ Questões relacionadas à Assembleia Geral Ordinária:

1. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

Aprovar Rejeitar Abster-se

2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023, conforme Proposta da Administração, nos seguintes termos:

- (i) R\$ 3.333.654,22 constituição da Reserva Legal
- (ii) R\$ 56.062.693,59,07 constituição de Reserva para Incentivos Fiscais

Aprovar Rejeitar Abster-se

3. Definir que o Conselho de Administração será composto por 03 membros:

Aprovar Rejeitar Abster-se

4. Eleger membros para compor o Conselho de Administração:

Indicação de todos os nomes, conforme Proposta da Administração:

- Roberto Estefano
- Eduardo Estefano Filho
- Manuel Roberto Bravo Caldeira

Aprovar Rejeitar Abster-se

5. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração, nos termos do Art. 141 da Lei 6.404/76?

Sim Não Abster-se

5.1. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, deseja distribuir o voto adotado em percentuais para os candidatos que compõem a chapa escolhida?

Sim Não

Se houver respondido SIM, favor indicar a distribuição dos percentuais:

Distribuir os votos proporcionalmente a todos os candidatos da chapa proposta pela Administração; ou

Distribuir os votos conforme descrito abaixo:

[_____] % - Roberto Estefano
[_____] % - Eduardo Estefano Filho
[_____] % - Manuel Roberto Bravo Caldeira
100,0% - TOTAL

6. Eleger membros para compor o Conselho Fiscal:

Indicação de todos os nomes, conforme Proposta da Administração:

- Roberto Massayuki Hara / Sergio Renato Escatolin

- Mário Alberto de Lima Reis Coutinho / José Roberto Pereira Rios
- Antonio Carlos Bonini Santos Pinto / Clovis Ailton Madeira

Aprovar Rejeitar Abster-se

7. Fixar, para o exercício de 2024, remuneração global anual para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal de até R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais).

Aprovar Rejeitar Abster-se

8. Em caso de segunda convocação da Assembleia Geral Ordinária, as instruções de voto constantes neste boletim podem ser consideradas também para a realização em segunda convocação?

Sim Não Abster-se

[Cidade], [data]

Nome